4 de Fevereiro de 1961 como construção da "Identidade Nacional": um campo aberto ao Ensino da História

Martinho João Mugiba Samôngua[1]

RESUMO

Como o 4 de fevereiro de 1961 se insere na construção da "Identidade Nacional"? Por meio desta questão, procura-se abordar de uma maneira sintética os acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961, o seu valor histórico-social para os dias de hoje, como foi se construindo o carácter de identidade na sociedade angolana e o desafio para o Ensino da História. O estudo tem por objectivo procurar apresentar como a data em referência se constitui motivo de análise à construção da "Identidade Nacional" para um país onde o Ensino da História é visto como um campo aberto às diversas investigações que permeiam o seu saber.

Palavras-chave

4 de fevereiro; construção da identidade; Ensino da História.

ABSTRACT

How does February 4, 1961, fit into the construction of "National Identity"? This question seeks to address, in a synthetic way, the events of February 4, 1961, their historical and social value for today, how the character of identity was built in Angolan society, and the challenge for the

[1]ESPE-Bengo – Escola Superior Pedagógica do Bengo. E-mail:

teaching of History. The study aims to present how the date in question constitutes a reason for analysis of the construction of "National Identity" for a country where the teaching of History is seen as an open field for various investigations that permeate its knowledge.

Keywords
February 4; National identity; Teaching History.

Introdução

Está-se em vésperas de meio século de comemoração de uma data bastante significativa para a História de Angola – 11 de novembro. Para isso, é importante abordar sobre o 4 de Fevereiro de 1961, oficialmente, o início da luta de libertação nacional, quando objetivando libertar presos políticos que se encontravam nas cadeias de Luanda, homens e mulher[2] decidiram agir contra o sistema colonial português, desencadeando uma série de atividades que moldariam a sociedade angolana. Importa dizer que, apresenta-se o presente estudo no âmbito das comemorações dos 50 anos da Independência de Angola.

Não se pretende por meio deste estudo discutir "datas certas" ou "datas erradas" do início da luta de libertação nacional, como 4 de janeiro[3], fevereiro ou 15 de março[4], ou falar dos atuais partidos, ontem movimentos como "verdadeiros" percursores.

Ora, para que isso não ocorra, é essencial delimitar o assunto a ser abordado: data, ocorrências, participação de angolanos e angolana, muitas das quais, não pertencentes a determinados grupos, mas pensavam alguns em primeiro lugar sobre o futuro de sua terra. Além do mais, como iniciantes em História e tendo em conta o ensino da História, tem-

[2]Veja Combater duas vezes: Mulheres na luta armada em Angola (2015), de Margarida Paredes, sobre A rainha do 4 de Fevereiro de 1961: a história como futuro, pp. 224-235.

[3]Combater duas vezes: Mulheres na luta armada em Angola (2015), pp. 193-220

[4] Veja mais detalhes sobre esse assunto em Jean-Michel Mabeko-Tali (2019), Guerrilhas e lutas sociais: o MPLA perante si próprio – 1960-1977, pp. 61-62, pp. 137-148, pp. 777-778; Margarida Paredes (2015), Combater duas vezes: Mulheres na luta armada em Angola, pp. 235-248.

-se em consideração a reflexão e o pensamento crítico, pois o facto histórico "não é um objeto dado e acabado, resulta da construção do historiador" (Le Goff, 1990, p. 10), que influencia o sujeito histórico que é, também, resultado da memória coletiva.

Os indivíduos numa determinada terra têm uma identidade a preservar e até mesmo a lutar. Por mais que esta ideia esteja apenas no seu inconsciente, fazer parte de uma terra, grupo ou comunidade é um sentimento de pertencimento, englobando aspectos como cultura, língua, história e valores compartilhados. É uma construção social que pode influenciar a forma como os indivíduos se veem e se relacionam com o seu país.

Para Conceição Neto (2015), nenhuma dessas identidades poderia existir sem a capacidade humana de recordar, de invocar experiências passadas (reais ou imaginadas) e, assim, construir memória que justifiquem e legitimem a afirmação coletiva de determinado conjunto de pessoas, a sua distinção em relação a outros e a pertença de cada um ao grupo em questão[5]. A memória coletiva é um elemento imprescindível quando se pretende falar de uma efeméride, e embora não seja somente uma conquista, "é também um instrumento e um objeto de poder" (Le Goff, 1990, p. 476).

Neste sentido, em termos de procedimento metodológico, inicialmente fez-se recurso à pesquisa de carácter bibliográfico ao explorar obras (ou autores) que ajudam a fundamentar e sustentar o tema proposto, seguido de uma pesquisa de campo na qual foi empregue um questionário como instrumento de coleta de dados para saber sobre o papel do 4 de Fevereiro de 1961 na atualidade.

Deste modo, organizou-se o texto em quatro partes. Na primeira dá-se um olhar breve ao 4 de fevereiro de 1961, na segunda, se o 4 de fevereiro é apenas mais uma construção, na terceira a abordagem está voltada à identidade em formação e na quarta apresentação e análise dos dados.

[5]A memória como matéria inflamável: Reflexões a partir do caso angolano, p. 376. Texto de Maria da Conceição Neto apresentado no dia 29 de Outubro de 2015, por ocasião do V Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais: Memória, Identidade, Cidadania e Desenvolvimento, organizado pela Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), no anfiteatro da FCS, nos dias 29 e 30 de Outubro de 2015.

A pesquisa possibilitou conclusões preliminares sobre a importância, a construção da identidade nacional e a herança do 4 de fevereiro de 1961. Percebeu-se que todos os colaboradores têm a influencia do ensino da História que visa construir o indivíduo à imagem do que se espera quanto ao olhar do 4 de fevereiro de 1961 que os manuais de História do Ensino Geral nos oferecem, demonstraram, assim, comprometimento, esperança de mudança e o sentido emocional com o país por se "identificarem" com os acontecimentos.

Breve olhar ao 4 de fevereiro de 1961

O dia 4 de fevereiro de 1961 é das datas mais memoráveis da História de Angola. Muitos estudos se fizeram e até hoje muitos estudos são feitos em volta dos seus acontecimentos, diferentes pontos de vistas são apresentados em relação aos acontecimentos que marcaram este dia. A insurreição ou sublevação armada visava o ataque às prisões coloniais em Luanda, com o fim de libertar os presos políticos que foram por resultado do processo de "captura" da PIDE[6].

Questionava-se o sentido e o impacto da sublevação após a sua realização, porque diferente de outras instituições, as prisões eram os locais de máxima segurança, mesmo assim o plano foi realizado. Tempos depois, não muito longo, a atitude foi elogiada e resgatada com um sentido significativo contra as forças portuguesas[7].

[6]Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Foi fundada em 1933, já durante o Estado Novo de Salazar, a sua missão era combater todas as formas de oposição ao regime (salazarista). Presente em Angola a partir de 1954, após 25 de Abril de 1974 foi extinta de imediato em Portugal. Em Angola, e nas outras colónias, foi tentada a manobra de salvar os seus agentes transformando-a em Polícia de Informação militar (PIM), manobra que não durou muito tempo (Traça, 2022, pp. 261-262).

[7]Segundo Bridgland (1988, p. 57), "a liderança do MPLA em Conacri considerou o ataque não só irracional como suicida, mas, depois de passado um certo tempo, o MPLA reivindicou para si o crédito total desse ataque". Além do MPLA, temos o descontentamento de uma figura de destaque de nome Manuel Joaquim Mendes das Neves, ou simplesmente cônego Manuel das Neves, diante disso, Mabeko-Tali (2019, pp. 101-102) apresenta a carta como relatório que o mesmo enviou a Holden Roberto e que a PIDE apreendeu, onde podemos ler o seguinte:

O desejo de lutar para libertar os que estavam em cativeiro ganhou vida e os que projetaram foram enfrente, pensando mais nos que de uma maneira revolucionária expressavam os seus ideais para o futuro de Angola, lutaram a favor dos nacionalistas, amigos e familiares que foram encarcerados por essa causa, pelo que, a vontade de libertar os seus compatriotas, tornou-os, talvez, indiferentes às consequências que viriam a se manifestar até mesmo aos que não participaram diretamente nesta empreitada.

Por exemplo, Lawrence W. Henderson[8] diz que muitos missionários protestantes foram expulsos de Angola. Mas, a resposta portuguesa foi mais além:

> (...) terrível e a uma escala que desrespeitava os escrúpulos constitucionais. A polícia ajudou patrulhas, constituídas por civis brancos, a organizarem ataques noturnos aos musseques, de onde arrastavam africanos, que se encontravam nas suas frágeis cubatas, densamente habitadas e construídas com tábuas de caixote e de chapa ondulada, matavam-nos a tiro e abandonavam-nos na rua. Nunca se conhecerá bem toda a extensão do massacre e das represálias, mas o certo é que se assassinaram centenas de africanos (Bridgland, 1998, p. 58).

Como resposta, aconteceram massacres, cometidos pelas "forças coloniais" portuguesas após os acontecimentos de 4 de fevereiro que foram consideradas como "ação de insensata bravura" (Mabeko-Tali, 2019, p. 103). Apesar de tudo, hoje tem um significado gratificante.

Mabeko-Tali (2019) ao abordar sobre "a paternidade político-militar do 4 de fevereiro de 1961" e sobre "os preparativos" do mesmo, desfaz,

"Os tumultos ocorridos a 4 de fevereiro (1961) foram provocados estupidamente (...) nós, angolanos, deveríamos passar pelas armas todos os que forjaram esses acontecimentos, na medida em que sabiam pertinentemente que tudo seria votado ao fracasso, e por conseguinte, que tudo redundaria num massacre (...). E não terão eles percebido que com catanas seria impossível dominar a polícia, que se encontra equipada de `armas´ automáticas e de pistolas-metralhadoras de campanha?".

[8]A igreja em Angola: um rio com várias correntes. A 1ª edição desta obra é datada de 1990, o que referenciamos é a sua 2ª edição, uma tradução à obra publicada nos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2013.

considere-se, um conjunto de ideias e discussões que se têm travado desde a década de 60 do século XX em relação a paternidade e a participação política do MPLA. Tal, não signifique que o MPLA tivera se aproveitado da data sem ter nenhuma participação.

Em Conceição Neto (2015) pode-se ver como a partidarização da memória não é algo exclusivo do MPLA e que não se regista apenas em Angola, pois cada organização partidária cria os seus heróis e vilões. A partidarização é, por meio de um processo, a influência que uma organização, instituição e aspectos da sociedade podem sofrer por parte de partidos políticos.

A partidarização da memória influencia na forma como a história é lembrada e interpretada, por meio das ideologias ou interesses de grupos políticos, tanto em contextos nacionais ou em locais, com narrativas promovidas ou silenciadas com base nas agendas de partidos e movimentos que acaba por influenciar o modo como a história é transmitida em contexto sala de aula. Isso pode levar à criação de "memórias oficiais" que penetram em toda e qualquer instituição e manuais de ensino e favorecem uma determinada visão do passado, enquanto outras perspectivas são marginalizadas ou esquecidas.[9]

O contexto pelo qual se operou a insurreição, foi em um momento que em Luanda havia um conjunto de grupos, também chamados de movimentos clandestinos, alguns extinguiram-se em pouco tempo, outros unificaram-se, mas nem todos decidiram seguir o caminho da unificação. De outro modo, deve-se realçar que os actos de 4 de Fevereiro de 1961 não são exclusivos do MPLA, pois que, os presos do processo dos 50 não foram somente seus "membros" ou "simpatizantes".[10]

Para Mabeko-Tali (2019, p. 146), "a questão da paternidade torna-se imprecisa pelo estado de elite nacionalista de Luanda, que debilitada pe-

[9]Segundo Yambo (2015, p. 61) "A memória seletiva abrange também o domínio da ideologia, a tal ponto que aquela que estiver a dominar numa determinada época, num determinado espaço geográfico, orienta toda a política cultural no sentido de perpetuar a sua memória. (...) A verdade histórica deve estar acima das ideologias para não se escamotear nem truncar os factos".

[10] Para mais detalhes ver 4 de fevereiro de 1961: ataques em Luanda, Bittencourt (2018), pp. 58-61 (Miguel Cardina & Bruno Cena Martins, Org. As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação); Bridgland (1998), pp. 58-63 e Mabeko-Tali (2019), pp. 98-128.

las rusgas policiais, voltara ao estado de desagregação". Diante disso, o MPLA não voltou a operar mais nenhuma incursão contra as forças coloniais nesse contexto.

Luanda acabava por ser um ponto estratégico para o início desta luta, por ser o centro das operações das políticas totalitaristas de Portugal, outras zonas do país acabaram por seguir o mesmo caminho. A partir das observações de Mabeko-Tali, entendemos que o destaque não pode recair a um certo grupo de angolanos, mas aos angolanos como grupo de pessoas que lutaram para se libertarem do jugo imposto pelos portugueses, pensando numa pátria em ascensão. Perceba-se isso, isolar o 4 de fevereiro não significa divinizar esta data em detrimento das outras, todas tiveram e têm o seu lugar e importância no ensino da História de Angola.

O que temos sobre o 4 de fevereiro, além do que se tem por escrito é uma partícula substancial da "memória coletiva", que aproxima qualquer pesquisador ou estudante de História (e outras áreas) aos acontecimentos e às figuras – as de destaque e as que não tiveram destaque, que se diga – que participaram. Diz-nos Le Goff (1990, p. 30):

> Há pelo menos duas histórias (...): a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os mass media, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Mas estará o historiador imunizado contra uma doença senão do passado, pelo menos do presente e, talvez, uma imagem inconsciente de um futuro sonhado?

É apenas mais uma construção?

Os factos históricos, como vimos acima, muitas vezes são construções, e no contexto angolano são construções que constituíram a unidade histórica dos cidadãos, particularmente dos alunos. Partilhando do pensa-

mento de Hobsbawn e Ranger (1997), podemos dizer que as tradições não devem ser estudadas de acordo as suas chances de sobrevivência, mas tendo em conta como elas surgiram e se estabeleceram. Muitas cidades, especialmente Luanda, realizam desfiles com a participação de forças armadas, escolas e organizações civis não ficam de fora, há eventos oficiais com discursos de líderes políticos e homenagens a heróis nacionais que lutaram pela independência, organizações e instituições promovem discussões sobre história da luta pela independência, as atividades em volta das comemorações do dia do início da luta de libertação nacional são dos pilares principais desta construção e, provavelmente os acabamentos. Isso abre ala não apenas à partilha do saber, leva-nos ao âmago do papel do professor de história em relação a como transmite o saber histórico para os seus alunos, pois não apenas irá instruir uma sala de aula, mas provavelmente uma sociedade que cresce a cada dia que passa, porque o aluno de hoje poderá ser aquele que futuramente estabelecerá as políticas educativas e, para que haja uma política educativa favorável deve haver um ensino de qualidade transmitida pelo professor.

A sociedade é uma escola que resulta de uma escola, se se quer ter uma sociedade que reflete os padrões essenciais da educação, é obrigação do professor se dedicar profundamente nisso. O que entendemos por social, muitas vezes é resultado do que a escola tem a oferecer. O 4 de fevereiro é um aspecto marcante para perceber o quão profundo é o trabalho da escola e restritamente o do ensino da História em transmitir e efetivar um saber.

> O controlo da memória social, através da elaboração, conservação e transmissão do que é, ou se supõe que seja, a memória partilhada, influencia a hierarquia do(s) poder(es) em qualquer sociedade, sejam as do pleno domínio da oralidade ou aquelas de há muito sujeitas à hegemonia da escrita. Esse controlo da memória serve, não raras vezes, para justificar a posição subalterna de uns grupos, legitimar a ascensão de outros, fazer aceitar como «naturais» os conflitos sociais ou as guerras. Não é por acaso que as efemérides e as grandes datas nacionais provocam muitas vezes (e não só entre nós) acesas discussões sobre o que aconteceu, como aconteceu, suas causas e efeitos (Neto, 2015, p. 380).

As atividades em volta do 4 de fevereiro estão voltadas à importância da unidade e do progresso na sociedade angolana, retornando ao "passado comum" diferente do presente, porém "a distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência colectiva, em especial na consciência social histórica" (Le Goff, 1990, p. 205).

A construção desta data, também tem a sua dimensão política, porque "ao invés de se gerar um homem, tenta-se criar o homem na imagem de si mesmo" (Arendt, 2018, p. 17)[11], criando indivíduos que se assemelhem cada vez mais às pretensões políticas e aos padrões históricos de quem governa, ligando-os direta ou indiretamente às formas e instituições que visam conservar e expandir para além fronteiras o cidadão que mais se identifica com a ''Pátria", pelo que, "a política surge no intraespaço e se estabelece como relação" (Arendt, p. 18).

A educação formal, especialmente o conteúdo dos currículos escolares, é influenciada por ideologias políticas ou por interesses de grupos, esse fenômeno pode ocorrer em diferentes níveis, desde a escolha de temas a serem abordados nas aulas até a forma como a História e outras disciplinas são ensinadas. Deste modo, os currículos escolares podem ser moldados para enfatizar certos eventos e figuras que se alinham com as crenças de um governo, impactando a formação da "identidade nacional" e a forma como as novas gerações entendem seu próprio contexto histórico.

Segundo o artigo 105º, da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE) que aborda sobre currículo, está respaldado o seguinte:

1. Os currículos para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Primário e o Ensino Secundário têm carácter nacional e são de cumprimento obrigatório, devendo propiciar o diálogo efetivo entre os saberes locais e universais, nos termos a aprovar pelo Titular do Poder Executivo.12

[11]As citações de Hannah Arendt no texto são fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz.

[12]Alterado pelo artigo 1º da Lei nº 32 – Lei que Altera a Lei nº 17/16, de 7 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, publicada pelo Diário da República nº 123, de 12 de Agosto, I série.

Em áreas como as ciências sociais, por exemplo, os professores podem ensinar conceitos que favorecem uma perspectiva política específica de acordo as diretrizes estabelecidas pelo sistema educacional, resultando em uma educação menos crítica e mais ideológica, onde os alunos são incentivados a aceitar certas verdades sem questionamento. Assim, a historiografia "na sua busca de novos métodos, de novos temas, de novas conceptualizações, se estão ligados aos contextos culturais e científicos, não o estão menos aos contextos sociais e ideológicos" (Torgal, citado por De Freitas, Pereira e Solé, 2017, p. 58).

Diante disso, é indiscutível a importância da Sociologia da Educação para que se compreenda as dinâmicas entre educação, sociedade e política, ajudando a analisar como fatores sociais, culturais e políticos influenciam o sistema educacional e, ao mesmo tempo, como a educação pode impactar a sociedade.

Se a imparcialidade só exige do historiador honestidade, a objetividade supõe mais. Se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade (Le Goff, 1990, p. 33).

Identidade em formação

Benedict Anderson, em sua obra "Comunidades Imaginadas" (1983), argumenta que as nações são comunidades "imaginadas" porque, embora os membros de uma nação nunca conheçam todos os outros, sentem-se parte de uma comunidade devido a elementos compartilhados, como a linguagem e a história.

Para Anderson, a identidade nacional é construída através da imaginação coletiva, mediada por meios como a literatura e a imprensa. Lourenço (2003) explica que, a Nação que os textos jornalísticos projetaram no contexto colonial não é no estilo dos antigos reinos africanos, mas sim a conglomeração, sob uma mesma bandeira, das populações distribuídas nas linhas fronteiriças controladas por Portugal, que se iam alargando à medida que as campanhas militares de ocupação avançavam em di-

versas direções. Assim como se vê em Lourenço (2003), a imprensa jogou um papel preponderante na formação da Identidade Nacional, pois constitui-se como uma das vias mais eficazes para a difusão das notícias num determinado país, no nosso caso, Angola, onde a imprensa detalhadamente reforçou o sentido de identidade nacional num país que estava sob jugo colonial, e mesmo com uma Angola independente não deixou de fazer o seu papel de informar e atualizar os cidadãos. Constantemente, retornamos ao passado pela televisão, pela rádio, pelo jornal, etc., numa forma de valorizar e eternizar os acontecimentos que remontam ao passado contemporâneo de Angola.

A "identidade nacional" da pós-independência procede – se assim o podemos dizer – do nacionalismo. Entretanto, a definição de nacionalismo é essencialmente multifacetada, os padrões são diferentes em relação ao processo histórico dos Estados, particularmente em diferentes continentes, os processos que desencadearam o nacionalismo (ou nacionalismos) foram diferentes, além do mais, as sociedades são essencialmente antagónicas. Por isso, não se deve englobar uma série de definições para o nacionalismo angolano, antes, precisamos apresentar uma definição que se encaixe no contexto da luta armada. Assim sendo, o nacionalismo é um movimento social e cultural que encontra na reivindicação nacional, dos símbolos à própria exigência de um Estado Nacional, uma construção ideológica.[13]

O conceito científico de nação é geralmente entendido como um grupo de pessoas que compartilham características comuns, como cultura, idioma, história e, muitas vezes, território. No entanto, a definição pode variar dependendo da perspectiva teórica adotada.

Uma definição clássica é a de Ernest Renan (1882) para quem, Nação é uma "alma" ou um "princípio espiritual"[14]. Segundo Renan, a Nação se forma a partir de um passado comum e do desejo de viver, conjunta-

[13]Extraímos a definição de Nacionalismo no texto de apoio para a cadeira de História do Jornalismo Angolana, Curso de Capacitação Profissional em Jornalismo do CEFOJOR no capítulo que aborda sobre O papel da imprensa no despertar do Nacionalismo do Historiador João Pedro da Cunha Lourenço, porém a definição é da autoria de GONÇALVES, A. C., «Identidades culturais e emergência do nacionalismo angolano (c.1885-c.1930)», in Atas da III Reunião Internacional de História de África..., p. 594.

[14]Em sua famosa conferência "O Que É uma Nação?" (1882), Renan apresenta esse conceito.

mente no futuro. Ele destaca que a vontade de pertencer a uma Nação é essencial para sua existência. Assim, do ponto de vista científico, a Nação pode ser vista como uma construção social e política que envolve tanto fatores culturais quanto territoriais, refletindo as complexidades das relações humanas e das estruturas sociais.

Por outro lado, numa análise sociológica weberiana que oferece uma abordagem mais formal ao definir Nação como uma comunidade humana que reivindica o direito à autodeterminação e à soberania sobre um determinado território. Neste caso, a Nação está ligada à ideia de um Estado-Nação, onde há uma correspondência entre a "identidade nacional" e as instituições políticas que governam o território, em particular, o poder legislativo. Segundo o artigo 18º, da Constituição da República de Angola (CRA) está expresso o seguinte:

1. São símbolos nacionais da República de Angola a Bandeira Nacional, a Insígnia Nacional e o Hino Nacional.

2. A Bandeira Nacional, a Insígnia Nacional e o Hino Nacional, são símbolos da soberania e da independência nacionais, da unidade e da integridade da República de Angola (...)

O título do Hino Nacional é Angola Avante, na CRA página 124 podemos ler logo no início da letra do Hino: "Ó Pátria nunca mais esqueceremos os heróis do 4 de fevereiro".

Estamos sujeitos a esquecer qualquer data, mas, diante disso, o 4 de fevereiro e os seus heróis "nunca mais esqueceremos". Para além do Hino Nacional, muitas Instituições têm o 4 de fevereiro como nome, podendo destacar aqui o Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro[15], pode-se dizer que é uma forma de valorizar e eternizar a data e, consequentemente os "prováveis heróis".

A "Pátria" é frequentemente associada a um sentimento emocional profundo. Refere-se ao lugar onde uma pessoa nasceu ou se sente ligada, evocando sentimentos de amor, lealdade e pertencimento. É onde as

[15]Com a inauguaração do novo Aeroporto Internacional, Dr. António Agostinho Neto aos 10 de Novembro de 2023, não saberemos dizer por quanto tempo poderá permanecer o designativo, assim como o facto de ser ainda um aeroporto internacional.

tradições, valores e costumes são transmitidos de geração em geração. Embora a Pátria tenha uma dimensão emocional, também se refere a um espaço geográfico específico onde as pessoas vivem.

Enquanto a Pátria evoca sentimentos emocionais e culturais, a Nação fornece a estrutura política e social necessária para que esses sentimentos se manifestem em uma sociedade organizada. Ambas as palavras estão ligadas à ideia de identidade comum. A Pátria pode ser vista como o coração emocional da Nação, enquanto a Nação dá forma à experiência coletiva da Pátria, juntas, elas criam um sentido de pertencimento que é fundamental para a coesão social.

As pessoas sentem-se parte da sua Pátria através da sua Nação, e vice-versa. Dito de outro modo, "Pátria" e "Nação" são conceitos interdependentes que ajudam a moldar os sentimentos de identidade e pertencimento dos indivíduos dentro de uma sociedade.

Assim, "Identidade Nacional" é um conceito que se refere ao sentimento de pertencimento a uma nação, englobando aspectos como cultura, língua, história e valores compartilhados. É uma construção social que pode influenciar a forma como os indivíduos se veem e se relacionam com seu país.

Muitas vezes as abordagens só circundam em volta da identidade quando existe uma necessidade de resgate de algo que é considerado de extrema importância para uma determinada sociedade, por isso falamos de crise de identidade, perca de identidade, desvalorização da identidade, resgate da identidade, etc., e "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida é da incerteza" (Mercer, citado por Hall, 2006, p. 9).

Para Stuart Hall (2006), não podemos falar de identidade se não haver sociedade, a identidade que um indivíduo carrega é resultado da relação que o(a) mesmo(a) vai estabelecendo com a sociedade que pertence. Assim, a "identidade nacional" não surge a partir do nascimento, ela é formada mediante um processo contínuo de interação entre o indivíduo e a sociedade. Hall (2006) continua por enfatizar o facto de a identidade na pós-modernidade não ter um carácter estacionário, o homem acom-

panha a evolução das coisas e acaba por se identificar a qualquer momento com o que achar significativo para si.

Portanto, o dia 4 de fevereiro de 1961 está intimamente ligado à construção da identidade angolana. Dificilmente poderá se falar de identidade nacional sem recorrer ao processo de luta armada para o alcance da independência e, não se pode falar de luta armada sem ter como recurso o 4 de fevereiro de 1961, porque para a realidade angolana são aspectos interdependentes.

Análise e interpretação dos dados/resultados

Na segunda fase da pesquisa procedeu-se a uma coleta de dados com os estudantes das Instituições do Ensino Superior nas províncias do Bengo, Cuanza Norte e Luanda. Participaram da pesquisa 5 estudantes. O instrumento utilizado foi um questionário com questões abertas. Em termos de formação, em comum são todos estudantes em nível de licenciatura, três estão no 2º ano do curso de Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa, um no 3º ano do curso de Licenciatura em Administração Pública e um no 4º ano do curso de Licenciatura em Ensino da História.

O critério foi aleatório para a escolha dos entrevistados, províncias e cursos, respectivamente. O instrumento utilizado foi um questionário com questões abertas, os questionários foram enviados e respondidos por meio digital e, a seguir apresentamos a análise dos dados coletados.

Verificaram-se aspectos genéricos nas respostas ao questionário que consideramos estarem inscritas na formação da "identidade nacional". As mais relevantes foram agrupadas nas seguintes categorias apresentadas a seguir:

Importância do acontecimento histórico e reflexões em volta

Essa categoria deixa exposto a constatação, pelas entrevistas, de uma característica similar nas respostas dos(as) estudantes. Iniciamos o questionário indagando sobre a visão que os(as) estudantes tinham sobre o

dia 4 de fevereiro como Angolano(a). Dentre os (as) colaboradores (as) da pesquisa, tivemos como resposta geral que a importância do dia 4 de fevereiro se reflete no facto de ser o início da luta armada para o alcance da independência nacional.

E1- "O dia 4 de fevereiro é muito importante, porque representa o início da luta para a indepenência do território angolano, foi um ato de coragem, luta e defesa pelo que é nosso".

Importa frisar que o 4 de fevereiro é a data oficial do início da luta armada, mas a sublevação não terminou em sucesso, pois que, nenhum preso político foi liberto e, parafraseando Dionísio Siudifonya (2015), "a História de Angola é ainda uma incógnita, um ilustre desconhecido para a maioria dos angolanos".[16]

E3- "A data em causa, é importante, porque remete-nos a um período que se deu o início da luta armada de libertação do nosso país, Angola, porque esta data se constitui como um dos manifestos para a independência, foi necessário dar início a luta armada para depois se alcançar a independência".

E4- "Para mim é mais uma efeméride importante, tal como é o 15 de março ou 4 de janeiro, é uma efeméride muito importante e que com certeza merece ser comemorada por nós ou transformada em uma data para fazermos reflexões daquilo que aconteceu no tempo colonial. (...) sem o 4 de fevereiro teoricamente não teríamos alcançado a independência tão cedo, até porque o 4 de fevereiro foi um acontecimento na capital, diferente dos outros".

E5- "O dia 4 de fevereiro é importante (...). Para mim, essa data simboliza a luta pela liberdade e pela justiça. É um momento de reflexão sobre os sacrifícios feitos por aqueles que lutaram pela independência de Angola e pela soberania do país. Essa luta não apenas resultou na libertação do colonialismo, mas também estabeleceu as bases para a construção de uma identidade nacional".

[16] Dionísio Siudifonya (2015) Importância das línguas nacionais no estudo da História de Angola, p. 45. Texto apresentado no III Encontro Internacional de História de Angola organizado pelo Ministério da Cultura em 2007.

> E2- "O início da luta armada é marco na formação da minha identidade, por se tratar da libertação nacional, libertação do meu povo".

O 4 de fevereiro tem sido designado como a alavanca, motor, impulso e motivação central para o alcance da independência, ao olharmos desse modo, percebe-se que todo processo que se deu como luta de libertação nacional são encarados como dependentes do 4 de fevereiro de 1961.

Unidade na diversidade

Na segunda questão, indagamos sobre o 4 de fevereiro e a formação da identidade nacional aos (às) estudantes. Nota-se que há uma clara unidade nas abordagens dos (as) entrevistados (as), para todos, o 4 de fevereiro de 1961 moldou a identidade de cada um (a), consequentemente, mesmo sendo indivíduos diferentes, que vivem em contextos e zonas diferentes de Angola, de um modo geral olham da mesma forma a construção de suas identidades. Veja as respostas:

E5- "O dia 4 de fevereiro é fundamental para a minha identidade como cidadão angolano, pois representa um marco histórico que simboliza a luta pela liberdade e pela autodeterminação do nosso povo. Essa data não é apenas uma lembrança do passado, mas também um elemento que molda a forma como vejo o meu papel na sociedade".

> E1- "O 4 de fevereiro é uma data que toca muito com a minha identidade nacional, porque é um dia que faz-me lembrar a luta árdua e sacrificada pelos nossos antepassados para liberdade e independência de Angola.

E4- "Para mim, acredito, e sou um dos defensores de que a identidade angolana ainda não está formada, a identidade angolana ainda está em formação, porque nós somos um país novo, 50 anos como uma Nação, ou seja, como um país soberano, porque a Nação já vem se construindo desde os finais do século XVIII com a comunidade angolense, entre outros. Respondendo de forma pragmática, acredito que o 4 de fevereiro

constitui a minha identidade a partir do momento que me foi inculcado na mente que graças ao que aconteceu no 4 de fevereiro com a libertação dos presos da cadeia de São Paulo, os ataques que foram feitos também, aqui mesmo em Luanda. As Instituições me inculcaram isso em mente, mudou a minha forma de pensamento, ou seja, eu pensava que o 4 de fevereiro é o início de tudo, que sem o 4 de fevereiro não seríamos capazes de alcançar a nossa independência. Por tanto, 4 de fevereiro na minha identidade significa um abrir de um novo horizonte de um país soberano e independente".

> E2- "A identidade nacional refere-se a um conjunto de características que uma pessoa possui e de alguma forma difere-a das outras, como a cultura e processo histórico. Um marco na formação da minha identidade, por se tratar da libertação nacional, do meu povo, neste caso".

> E3- "Sinto-me como parte disso, porque a minha identidade como cidadã angolana se constituiu a partir desse acontecimento."

Presente, futuro e liberdade?

Na última questão objetivava-se saber sobre a herança ou legado que temos do 4 de fevereiro de 1961. Os sujeitos da pesquisa responderam que:

> E5- "A herança do 4 de fevereiro de 1961 é um legado de luta, unidade e esperança que continua a moldar a sociedade angolana, inspirando ações em prol da justiça, da igualdade e do desenvolvimento sustentável. Esta data é um lembrete constante da importância de preservar a liberdade e de trabalhar coletivamente para um futuro mais justo e próspero".

> E2- "A vontade de lutar pela liberdade."

Existe uma ideia que é muito usada quando se trata de acontecimentos históricos significativos, ou seja, abstrai-se o sucesso dos acontecimentos do passado, ignorando os intervenientes, as influências e o contexto, trazendo-o para o presente como forma de repeti-los por terem tido "sucesso". Acredita-se que, estar em contacto com esses acontecimentos em circunstâncias de "sofrimento" e desigualdade, poderá resultar numa satisfação premeditada. No entanto, a satisfação não é algo que se tem ao simplesmente pensar ou planear, só o fim do plano poderá provar (quando realizado) se há satisfação ou não, e o 4 de fevereiro é a prova concreta em relação ao resultado não alcançado de libertar os presos políticos.

> E4- "Herança pode significar património deixado por alguém, então o 4 de fevereiro significa, do ponto de vista sócio histórico, o caminho para a revolução. Nos mostra que mesmo em minoria, mas com uma boa organização, será possível provocar a mudança".

> E3- "Nós, em particular, somos a herança desse acontecimento histórico (...)."

> E1- "Os heróis e a independência".

Os dados permitem visualizar que os (as) estudantes têm consciência da formação de suas identidades, digo suas no sentido de particularidades na diversidade. Percebe-se que as instituições, principalmente as instituições de ensino desempenharam e desempenham um papel essencial na formação desta mesma identidade que até aos dias de hoje acreditamos que ainda está em construção.

Considerações finais

O estudo teve como objetivo procurar apresentar como o dia 4 de fevereiro de 1961 se constitui motivo de análise para a construção da Identidade Nacional, refletindo em volta da data e em alguns detalhes

que o texto procura elucidar em relação ao impacto que tem na sociedade angolana.

O que se espera, é um desejo de nos aproximarmos mais ao processo histórico do nosso país, perceber que as instituições de ensino são elementos impulsionadores, preservadores e transmissores do saber, deve-se olhar ao passado e identificar elos de ligação com o presente, não com fim de estar preso ao passado, mas para aprender com ele e saber aplicar num presente que está em constante mudança.

Identificou-se a necessidade de aprofundar e estudar os acontecimentos históricos e os conceitos que permeiam os mesmos. Assim, o estudo proposto possibilitou compreender alguns desafios que ainda temos no quesito História de Angola, principalmente quando nos debruçamos sobre memória e o passado, sabendo que, "tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica" (Le Goff, 1990, p. 50).

Com esta intervenção identificamos alguns aspectos importantes sobre o 4 de fevereiro de 1961 e o processo de construção da "identidade nacional" e o lugar do ensino da História na sociedade angolana. Neste contexto, é essencial o envolvimento e a valorização do trabalho de todos.

Referências

ALMEIDA, A., Lopes, E. S., Camilo, J. T., & Choi, V. M (2016). Manual APA: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos. São Paulo: FECAP BIBLIOTECA.

ANDERSON, Benedict (1983). Comunidades imaginadas. São Paulo: Compainha das Letras.

ANGOLA. Constituição de 2010 da República de Angola, promulgada em cinco de fevereiro de 2010: revisada, aos 16.8.2021. (1ª Ed). Luanda: Lexdata, 2022.

ANGOLA. Arquivo Nacional De Angola (2015). Actas do III encontro internacional de História de Angola: vol. 1. (1ª Ed.). Siudifonya, D. Importância das línguas nacionais no estudo da História de Angola. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, p. 45.

ANGOLA. Arquivo Nacional De Angola (2015). Actas do III encontro internacional de História de Angola: vol. 1. (1ª Ed.). Yambo, F., X. Pertinência e prioridades no estudo dos locais de memória como contributo à História de Angola. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, p. 61.

ANGOLA. Lei nº 32/20, de 12 de Agosto de 2020, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Altera dispositivos da Lei nº 17/16, de 7 Outubro de 2001. Diário da República nº 123 – 1ª Série.

ARENDT, Hannah (2018). O que é política?. (12ª Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRIDGLAND, Fred (1988). Jonas Savimbi: uma chave para a África. (2ª Ed). Lisboa: Perspectivas & realidades.

CARDINA, M., & MARTINS, BRUNO S., Org. (2018). As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de libertação. (1ª Ed.). in Bittencourt, M. 4 de fevereiro de 1961: Ataques em Luanda, pp. 56-61. Lisboa: Tinta da China

DEFREITAS, M. L., PEREIRA, S. & SOLÉ, G.S. (2017). Metodologia de História (Colecção universidade – metodologias de ensino) . Porto: Plural editores.

HALL, Stuart (2006). A identidade cultural na pós-modernidade. (11ª Ed). Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HENDERSON, L. W. (2013). A igreja em Angola: Um rio com várias correntes. (2ª Edição). Lisboa: Além-Mar.

HOBSBAWN, E., & RANGER, T. (1997). A invenção das tradições (Coleção Pensamento Crítico). (6ª Ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LE GOFF, Jacques (1990). História e memória (Coleção Repertório). São Paulo: Editora da UNICAMP.

LOURENÇO, João P. C. (2003). A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923. Luanda: ISCED-Luanda.

MABEKO-TALI, Jean-Michel (2019). Guerrilhas e lutas sociais: o MPLA perante si próprio (1960-1977). (2ª ed). Lisboa: Mercado das Letras.

NETO, M. C. (2015, Novembro). A memória como matéria inflamável: Reflexões a partir do caso angolano. Mulemba (nº 10), pp. 375-393.

PAREDES, Margarida (2015). Combater duas vezes: Mulheres na luta armada em Angola. (1ª Ed.). Verso da História.

TRAÇA, Mbeto (2022). Léxico da luta de libertação nacional (Dicionário e inciclopédias). (1ª Ed). Luanda: Mayamba Editora.